

**Prefeitura Municipal de
Divinópolis/MG**

**Concurso Público
Edital 01/2024**



Fiscal de Saúde Dentista

MANHÃ

PROVA TIPO 1 - BRANCA

Trabalho análogo à escravidão está longe de ser viés ultrapassado no Brasil

O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.

A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.

Diante desse cenário, é crucial que a pressão da sociedade civil continue a crescer, engajando cada vez mais pessoas nesta causa. A recente exposição de trabalhadores em condições análogas à escravidão em um festival que ocorreu em 2023 reforça a importância de ações nesse sentido, que podem não apenas dissuadir os empregadores de recorrerem a essa mão de obra, mas também evitar reincidências. É importante engajar a conscientização dos direitos, além de denunciar por meio dos canais disque 100 e o Sistema Ipê, possibilitando a investigação e a fiscalização nos estabelecimentos suspeitos.

Para finalizar, é importante que exista uma consciência coletiva de que, entre as várias razões pelas quais o trabalho escravo persiste nos dias de hoje, está a desigualdade socioeconômica. Em áreas onde a pobreza é generalizada, as pessoas podem se encontrar em situações de vulnerabilidade que as tornem suscetíveis à exploração. Exatamente por isso, a erradicação do trabalho análogo à escravidão exige uma abordagem multifacetada e colaborativa, que envolva todas as frentes de poder público e privado, além das organizações sociais. Não há dúvidas de que toda ação é importante, desde o compartilhamento de informações até o desenvolvimento de estratégias integradas para enfrentar essa violação grave dos direitos humanos.

(Lais Leite. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/opiniao/opiniao/Acesso em: junho de 2024>>.)

Questão 01

Pode-se compreender a partir do título atribuído ao texto, “Trabalho análogo à escravidão está longe de ser viés ultrapassado no Brasil”, que:

- A) Possibilidades de trabalho análogo à escravidão no Brasil são uma realidade a ser concretizada nos dias atuais.
- B) O processo de escravidão no Brasil foi um período de longa duração com consequências que permanecem até os dias atuais.
- C) Em decorrência dos trabalhos comparáveis à escravidão, faz-se necessário que novas políticas públicas sejam implementadas na sociedade atual.
- D) Situação de trabalho comparado à escravidão, no Brasil, pode ser constatada como real e atual, havendo uma distância entre esta e uma outra realidade.

Questão 02

Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).

- A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão”.
- B) Caso o termo “escravidão” fosse substituído por “sistema escravocrata”, o emprego da crase se tornaria facultativo.
- C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.
- D) Em “trabalho análogo à escravidão”, a indicação de crase através do acento grave é facultativa, já que é antecedida de uma expressão masculina.

Questão 03

Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.

- A) *“Diante desse cenário, é crucial que a pressão da sociedade civil continue a crescer, engajando cada vez mais pessoas nesta causa.”* (4º§) / Ante o exposto, é de grande importância que a pressão da sociedade civil, em uma ação contínua, promova o engajamento de um número cada vez maior de pessoas nesta causa.
- B) *“A recente exposição de trabalhadores em condições análogas à escravidão em um festival que ocorreu em 2023 reforça a importância de ações nesse sentido, [...]”* (4º§) / A recente exposição de trabalhadores em condições semelhantes à escravidão em um festival ocorrido em 2023 demonstra a importância de ações nesse sentido, [...]”
- C) *“Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.”* (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.
- D) *“No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.”* (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.

Questão 04

Em, *“No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.”* (3º§):

- A) A forma verbal *“têm”* estabelece concordância de acordo com a norma padrão da língua com *“escassez dos auditores fiscais”*.
- B) A expressão *“a escassez de auditores fiscais”* permite a identificação da correção do emprego do verbo *“ser”* na forma apresentada.
- C) A expressão *“dos últimos anos”* atua como determinante de *“cortes orçamentários”* e, por isso, obrigatoriamente, apresenta a forma dos vocábulos no plural.
- D) A expressão *“realização de inspeções”* pode ser reconhecida como uma marca da oralidade, de acordo com a norma gramatical da língua a correção indicaria o emprego de *“realizações de inspeções”*.

Questão 05

“Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou trazem consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Pode-se afirmar que o fragmento anterior defende a ideia de que:

- I. O racismo e o trabalho análogo à escravidão possuem algo em comum.
- II. O trabalho comparável à escravidão é uma questão superada para um grupo de pessoas.
- III. O desconhecimento pode ser reconhecido como uma das causas para determinado ponto de vista acerca do trabalho análogo à escravidão.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 06

“Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou trazem consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Sobre a expressão *“Assim como”*, que introduz o parágrafo destacado anteriormente, pode-se afirmar que:

- A) Pode ser substituída por *“Concluindo”*.
- B) Indica que uma conclusão será introduzida.
- C) Permite ao leitor reconhecer a relevância do conteúdo do período.
- D) Produz um efeito semântico de comparação entre dois elementos distintos.

Questão 07

Em “[...] talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância [...]” (1º§), a forma verbal “haja” demonstra o correto emprego do verbo haver de acordo com o contexto. O mesmo NÃO ocorre em:

- A) Haja esperança onde não houver situação favorável.
- B) Hão de lutar por seus filhos, mesmo distantes deles fisicamente.
- C) Enquanto houver alguém que possa nos ajudar, estaremos seguros.
- D) Haviam doutores que julgavam conforme seus conhecimentos naquela ocasião.

Questão 08

Dentre os trechos destacados a seguir, NÃO é possível identificar a expressão explícita de perspectiva particular do enunciador em:

- A) “Diante desse cenário, é crucial que a pressão da sociedade civil continue a crescer, engajando cada vez mais pessoas nesta causa.” (4º§)
- B) “[...] reforça a importância de ações nesse sentido, que podem não apenas dissuadir os empregadores de recorrerem a essa mão de obra, mas também evitar reincidências.” (4º§)
- C) “O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, [...]” (1º§)
- D) “[...] que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, [...]” (2º§)

Questão 09

O uso de expressão cujo sentido indica o emprego da conotação pode ser observado por meio de:

- A) Utilização das iniciais maiúsculas em “Ministério do Trabalho e Emprego”.
- B) Caracterização das jornadas cumpridas pelos trabalhadores qualificadas como “exaustivas”.
- C) Denominação utilizada para o documento “Lista Suja”, citado no segundo parágrafo do texto.
- D) Emprego de linguagem argumentativa e persuasiva como visto na expressão “desafiadora e inaceitável”.

Questão 10

Dentre os termos destacados a seguir, dispostos no quinto parágrafo, distingue-se sintaticamente dos demais, apenas:

- A) “Em áreas onde a pobreza é generalizada [...]”
- B) “Não há dúvidas de que toda ação é importante, [...]”
- C) “[...] o trabalho escravo persiste nos dias de hoje, [...]”
- D) “para enfrentar essa violação grave dos direitos humanos.”

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Joana trabalha em um banco de segunda a sexta-feira. Para atender à demanda de sua coordenadora, ela tem dedicado 50 minutos diariamente e, neste ritmo de trabalho diário, completará a tarefa em 15 horas. Considere que, durante o desenvolvimento dessa atividade, não houve nenhum feriado e Joana não faltou em nenhum dia no trabalho. Se Joana começou a trabalhar nessa demanda em uma quinta-feira, então, em qual dia ela irá concluí-la?

- A) Segunda-feira.
- B) Terça-feira.
- C) Quarta-feira.
- D) Quinta-feira.

Questão 12

Para a organização de um congresso científico nacional, a comissão organizadora conseguiu um financiamento de R\$ 81.000,00. Conforme o acordo entre os organizadores do congresso, esse dinheiro deverá ser distribuído entre três prioridades distintas A, B e C. A prioridade B deverá receber um financiamento que será duas vezes maior que o financiamento da prioridade A. Por outro lado, a prioridade C receberá um financiamento três vezes maior que o financiamento da prioridade B. Desse modo, qual a diferença entre o financiamento recebido pela prioridade C, com respeito ao financiamento recebido pela prioridade A?

- A) R\$ 36.000,00.
- B) R\$ 40.000,00.
- C) R\$ 42.000,00.
- D) R\$ 45.000,00.



Questão 13

No mostruário de uma vinícola, estão posicionados 7 vinhos, enumerados de 1 a 7. Sabe-se que cada vinho tem um custo R\$ 20,00 menor que o vinho cujo número é imediatamente superior. Além disso, sabe-se que o vinho 7 possui um custo que é equivalente à soma do custo dos vinhos 1 e 2. Dentre esses vinhos, qual o custo do mais caro?

- A) R\$ 180,00.
- B) R\$ 200,00.
- C) R\$ 220,00.
- D) R\$ 240,00.

Questão 14

Para fazer a impressão de determinada quantidade de panfletos idênticos, duas impressoras conseguem, juntas, finalizar o serviço em 24 minutos. Se essa quantidade de panfletos fosse impressa por apenas uma impressora, verificou-se que a impressora menos eficiente gastaria 20 minutos a mais do que a impressora mais eficiente. Qual a soma, em minutos, dos tempos individuais das duas impressoras para finalizar esse serviço?

- A) 40 minutos.
- B) 60 minutos.
- C) 80 minutos.
- D) 100 minutos.

Questão 15

Os números de casos notificados de determinada enfermidade em cada um dos 6 meses do ano passado formaram uma sequência cuja lei de formação é uma progressão aritmética. Em janeiro do ano passado, foram notificados 2.500 casos e, no mês seguinte, a quantidade de casos notificados dobrou. Dessa forma, quantos casos, no total, foram notificados no primeiro semestre do ano passado?

- A) 52.500.
- B) 105.000.
- C) 157.500.
- D) 210.000.

SUS E SAÚDE PÚBLICA

Questão 16

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) é fundamental para o modelo de atenção, pois realiza a integração dos serviços de saúde da Atenção Básica com a comunidade. Tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a Portaria nº 2.436/2017, cada ACS deve ter uma microárea sob sua responsabilidade, cuja população não ultrapasse:

- A) 750 pessoas.
- B) 1.500 pessoas.
- C) 2.000 pessoas.
- D) 3.000 pessoas.

Questão 17

A Equipe de Saúde da Família (ESF) é uma estratégia prioritária de atenção à saúde e visa à reorganização da Atenção Básica no país, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS). É considerada como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da Atenção Básica, por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de ampliar a resolutividade e impactar na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

(Portaria nº 2.436/2017)

De acordo com a Portaria citada, todos os profissionais de saúde membros da ESF devem cumprir, obrigatoriamente, uma carga horária semanal de:

- A) 20 horas.
- B) 24 horas.
- C) 30 horas.
- D) 40 horas.



Questão 18

O Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pela conjugação das ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados pelos entes federativos, de forma direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma regionalizada e hierarquizada. O Decreto nº 7.508 regulamenta a Lei nº 8.080/1990 para dispor sobre a organização desse sistema. De acordo com esse Decreto, a pactuação das diretrizes gerais para a composição da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde é de competência exclusiva do(a):

- A) Ministério da Saúde.
- B) Comissão Intergestores Bipartite.
- C) Comissão Intergestores Tripartite.
- D) Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

O trecho a seguir contextualiza as questões 19 e 20. Leia-o atentamente.

A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para o atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS.

(Decreto Nº 7.508/2011.)

Questão 19

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Ministério da Saúde é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite.
- II. O órgão competente consolida e publica as atualizações da RENAME, a cada dois anos, e disponibiliza, nesse prazo, a lista de tecnologias incorporadas, excluídas e alteradas pela CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) e com a responsabilidade de financiamento pactuada de forma tripartite, até que haja a consolidação da referida lista.
- III. Os entes federativos poderão ampliar o acesso do usuário à assistência farmacêutica, desde que questões de saúde pública o justifiquem.

De acordo com o Decreto nº 7.508/2011, sobre a RENAME, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 20

A RENAME é acompanhada de um documento que subsidia a prescrição, a dispensação e o uso dos seus medicamentos. De acordo com o Decreto nº 7.508/2011, esse documento denomina-se:

- A) Formulário Terapêutico Nacional.
- B) Contrato Nacional de Ações e Serviços de Saúde.
- C) Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde.
- D) Formulário Nacional de Incorporação de Tecnologias.

Questão 21

Os repasses dos recursos da Atenção Básica (AB) aos municípios são efetuados em conta aberta especificamente para esse fim, de acordo com a normatização geral de transferências de recursos fundo a fundo do Ministério da Saúde, com o objetivo de facilitar o acompanhamento pelos Conselhos de Saúde no âmbito dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal. Com base na Portaria nº 2.436/2017, sobre o financiamento federal para as ações de AB, é INCORRETO afirmar que:

- A) O percentual de financiamento das equipes de AB será definido pelo Ministério da Saúde, a depender da disponibilidade orçamentária e demanda de credenciamento.
- B) O recurso *per capita* será transferido anualmente, após aprovação e deliberação do Conselho Nacional de Saúde, do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde e do Distrito Federal, com base em um valor multiplicado pela população do Município.
- C) Os valores dos incentivos financeiros para as equipes de AB implantadas serão transferidos a cada mês, tendo como base o número de equipes de AB registrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde vigente no mês anterior ao da respectiva competência financeira.
- D) Os critérios de alocação dos recursos da AB deverão se ajustar conforme a regulamentação de transferência de recursos federais para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde no âmbito do SUS, respeitando especificidades locais, e critério definido na Lei Complementar nº 141/2012.

Questão 22

O Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos (PCEP) é o instrumento que se destina à formalização da relação entre gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), quando unidades públicas de saúde, hospitalares e ambulatoriais especializadas, situadas no território de um município, estão sob gerência de determinada unidade federativa e gestão de outra. O PCEP deverá conter, como regra, o Plano Operativo Anual relativo a cada unidade que o integrar. De acordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, sobre o PCEP, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O acompanhamento e a avaliação dos resultados do PCEP devem ser realizados por Comissão de Acompanhamento, a ser instituída pelos gestores signatários do PCEP, que se reunirá, no mínimo, trimestralmente.
- B) A transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, relativa ao valor do PCEP, deverá ser feita preferencialmente para o Fundo de Saúde do ente que gerencia a unidade pública de saúde.
- C) Os recursos de custeio de ações e serviços de saúde a serem transferidos serão correspondentes, preferencialmente, à produção de serviços, após deliberação da Comissão Intergestores Tripartite e aprovação do Conselho Nacional de Saúde.
- D) A suspensão ou término da transferência dos recursos pelo Fundo Nacional de Saúde apenas será realizada a partir de sua notificação à Secretaria de Atenção à Saúde, por qualquer dos entes partícipes do PCEP, ou pelo término da vigência deste, respectivamente.

Questão 23

A vigilância do óbito infantil e fetal é obrigatória nos serviços de saúde (públicos e privados) que integram o Sistema Único de Saúde (SUS). Ela é uma atribuição das Unidades de Vigilância Epidemiológica das secretarias estaduais, municipais e do Distrito Federal e no âmbito federal do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica. De acordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, sobre a Vigilância do Óbito Infantil e Fetal, assinale a afirmativa correta.

- A) Para fins de investigação, óbito neonatal é definido como aquele que ocorre entre zero e seis dias de vida.
- B) Considerando o potencial de prevenção dos óbitos com malformação congênita grave ou complexa ou letal, sua investigação é obrigatória.
- C) O prazo para o serviço ou profissional de saúde informar o óbito com o envio da primeira via da Declaração de Óbito é de, no máximo, quarenta e oito horas a contar da data da ocorrência.
- D) O óbito fetal é definido como a morte de um produto da concepção, antes da expulsão ou da extração completa do corpo da mãe, com idade gestacional de doze semanas de gestação ou mais.

Questão 24

O rateio dos recursos da saúde pública dos Estados transferidos aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde deve ser realizado segundo o critério de necessidades de saúde da população e levar em consideração as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica e espacial e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, observada a necessidade de reduzir as desigualdades regionais. De acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, sobre movimentação dos recursos dos Estados, é correto afirmar que:

- A) As transferências dos Estados para os Municípios destinadas a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, em conformidade com os critérios de transferência aprovados pelo respectivo Conselho de Saúde.
- B) O Poder Executivo Estadual manterá o respectivo Conselho de Saúde e Tribunal de Contas informados sobre o montante de recursos previsto para transferência do Estado para os Municípios, com base no Plano Nacional de Saúde, estabelecido nas Conferências em Saúde.
- C) Os Estados e os Municípios que estabelecerem consórcios para a execução conjunta de ações e serviços de saúde e cumprimento da diretriz constitucional de regionalização e hierarquização da rede de serviços, não poderão remanejar entre si parcelas dos recursos dos Fundos de Saúde.
- D) Os Planos Estaduais de Saúde deverão explicitar a metodologia de alocação dos recursos estaduais e a previsão mensal de recursos aos Municípios, pactuadas pelos gestores estaduais e municipais, em comissão intergestores tripartite, e aprovadas pelos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde.

Questão 25

Considerando que a Portaria de Consolidação nº 1/2017 estabeleceu as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), analise as afirmativas a seguir.

- I. Visita diária não inferior a duas horas, preferencialmente aberta em todas as unidades de internação, com algumas ressalvas técnicas específicas.
- II. Escolha do local de morte.
- III. Visita, quando internado, de outros profissionais de saúde que não pertençam àquela unidade hospitalar, sendo facultado a esse profissional o acesso ao prontuário.

De acordo com a Portaria citada, é direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 26

Nero é servidor público do Município de Divinópolis e presta serviços como professor na Escola Municipal XX. Certo dia letivo, no interior da sala de aula e após uma discussão, Nero, com a intenção de ferir, arremessou um livro didático contra o aluno Rodolfo, ocasionando-lhe uma lesão na cabeça de natureza grave. A mãe de Rodolfo, inconformada com o ocorrido, propôs uma ação judicial em face do Município de Divinópolis, a fim de que fosse reparado o dano causado ao seu filho. Considerando o caso narrado, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Divinópolis, é correto afirmar que o Município:

- A) Responde diretamente pelo dano que foi causado ao aluno Rodolfo e não há direito de regresso em face do professor Nero.
- B) Só responde diretamente pelo dano se restar comprovado que houve omissão por parte do ente público na fiscalização da conduta do professor Nero.
- C) Não responde pelo dano causado a Rodolfo, pois o professor Nero agiu com culpa e, nesse caso, a reparação é de responsabilidade direta do servidor.
- D) Responde diretamente pelo dano causado ao aluno Rodolfo, sendo assegurado o direito de regresso em face do professor Nero, pois ele agiu com intenção de lesionar o aluno Rodolfo.

Questão 27

A Prefeitura do Município de Divinópolis publicou um edital de concurso público para o provimento de alguns cargos vagos e determinou, como requisito para a inscrição no certame, que o candidato comprovasse a idade mínima de 18 anos e a conclusão de curso do ensino médio. Manoel, domiciliado em Divinópolis, tem 17 anos de idade, está terminando de cursar o ensino médio e demonstrou interesse em concorrer a uma das vagas ofertadas no edital. Contudo, por não preencher os requisitos mínimos de idade e escolaridade, teve a sua inscrição indeferida. Considerando a Lei Complementar nº 9/1992, assinale a afirmativa correta.

- A) A idade mínima para investidura em cargo público é de 16 anos.
- B) Ao contrário do requisito idade mínima, a comprovação da escolaridade só pode ser exigida para a investidura no cargo público.
- C) Manoel não poderá se inscrever no concurso público, pois não cumpre os requisitos legais exigidos para a realização da inscrição.
- D) A comprovação de idade mínima de 18 anos e a de conclusão do ensino médio são requisitos exigidos para a investidura no cargo público.

Questão 28

A um servidor público efetivo, após o trâmite de processo administrativo que apurou conduta que configura infração disciplinar grave, foi aplicada a penalidade de demissão. Inconformado, o servidor público propôs uma ação judicial pedindo a anulação do ato administrativo por vício de legalidade. O Poder Judiciário entendeu pela procedência do pedido do servidor e invalidou a decisão administrativa que lhe impôs a pena de demissão. A reinvestidura do servidor no cargo público ocorrerá por meio de:

- A) Reversão.
- B) Reintegração.
- C) Readaptação.
- D) Aproveitamento.

Questão 29

Acerca do tema aposentadoria, disciplinado na Lei Complementar nº 9/1992, analise as afirmativas a seguir.

- I. Um servidor público que no período de gozo de férias regulamentares sofre acidente automobilístico e, por esse motivo, fica impossibilitado de trabalhar por invalidez permanente, poderá ser aposentado com proventos integrais.
- II. Ana, servidora pública investida no cargo de professor, poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, quando completar vinte e cinco anos de efetivo exercício no magistério.
- III. Um servidor público que ocupa o cargo de técnico em radiologia de um hospital municipal poderá se aposentar apenas aos sessenta e cinco anos de idade, independentemente do sexo.
- IV. Carlos, servidor público, foi diagnosticado com esclerose múltipla. Constatada a doença, Carlos terá direito à aposentadoria com recebimento integral de seus proventos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) IV.
- C) II e IV.
- D) I, II e III.

Questão 30

O Prefeito do Município de Divinópolis enviou à Câmara Municipal um projeto de lei que visa à criação da Guarda Municipal e, por isso, decidiu verificar o interesse da população a respeito do tema. Assim, convocou todos os eleitores do Município para que, por plebiscito, opinassem sobre a criação da corporação. Considerando o fato hipotético narrado, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Divinópolis, assinale a afirmativa correta.

- A) A convocação de plebiscito é atribuição conferida à Câmara Municipal e não ao Prefeito do Município.
- B) A convocação do plebiscito pelo Prefeito só poderia ocorrer com a autorização prévia da Câmara Municipal.
- C) A Câmara Municipal deverá reconvocar os eleitores para um referendo a respeito da criação da Guarda Municipal.
- D) O plebiscito só poderia ser convocado pelo Prefeito após a tramitação do projeto de lei e com a autorização prévia da Câmara Municipal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

A Lei nº 6.437/1977 determina as sanções aplicáveis a quem descumpra a legislação sanitária federal, estabelecendo suas penalidades e graduações. De acordo com a previsão expressa na normativa, a autoridade sanitária, para a aplicação da pena e suas graduações, levará em conta:

- A) As circunstâncias atenuantes e agravantes, somente.
- B) Se o infrator agiu com dolo ou culpa e as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- C) Os antecedentes do infrator, o período de funcionamento do estabelecimento e as circunstâncias agravantes.
- D) A gravidade do fato, os antecedentes do infrator, quanto às normas sanitárias, e circunstâncias atenuantes e agravantes.

Questão 32

A vigilância sanitária do Município de Divinópolis, ao realizar seus trabalhos de fiscalização em um consultório odontológico, constatou que o referido consultório estava funcionando sem a licença do órgão sanitário competente. Diante do caso hipotético e tendo como base a Lei nº 6.437/1977, poderá ser aplicada as penas de:

- A) Interdição, suspensão, apreensão, advertência e/ou multa.
- B) Apreensão, suspensão, cancelamento da licença e/ou multa.
- C) Advertência, inutilização, cancelamento de autorização e/ou multa.
- D) Advertência, intervenção, interdição, cancelamento da licença e/ou multa.

Questão 33

As infrações sanitárias serão apuradas em processo administrativo, seguindo os ritos disciplinados na Lei Complementar Municipal nº 30/1996 de Divinópolis. Assinale a afirmativa correta sobre o procedimento administrativo sanitário.

- A) A suspensão do Termo de Interdição será examinada no prazo de quinze dias.
- B) O prazo para o infrator apresentar impugnação contra os autos de infração será de noventa dias.
- C) Não é cabível o efeito suspensivo nas impugnações que tratar de imposição de penalidade pecuniária.
- D) A impugnação apresentada contra o auto de apreensão e inutilização será julgado quanto aos seus aspectos formais, já que não possibilita ao infrator a devolução dos produtos apreendidos.



Questão 34

A Lei Estadual nº 13.317/1999 descreve o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais, estabelecendo normas para a promoção e proteção da saúde no estado, definindo os princípios do sistema de saúde como descentralização, universalização da assistência, participação da sociedade e articulação entre os órgãos de saúde. Sobre a definição de vigilância sanitária prevista na normativa, assinale a afirmativa correta.

- A) Conjunto de ações que visam prevenir, diminuir ou eliminar os riscos e agravos à saúde provocados por vetor, animal hospedeiro, reservatório ou sinantrópico.
- B) Conjunto de métodos e procedimentos para assegurar que os alimentos tenham bom valor nutricional e não apresentem contaminantes físicos, químicos ou biológicos prejudiciais à saúde dos consumidores.
- C) Conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos e agravos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.
- D) Conjunto de ações que visam ao controle prévio, concomitante e subsequente da legalidade e regularidade dos atos técnico-operacionais, bem como à análise e à avaliação dos procedimentos e resultados das ações e dos serviços de saúde realizados no SUS no âmbito do Estado.

Questão 35

A Vigilância Sanitária desempenha um papel fundamental na estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei Estadual de Minas Gerais, nº 13.317/1999, disciplina um capítulo próprio sobre o tema, devido à sua grande importância. Com base na Lei Estadual de Minas Gerais nº 13.317/1999, assinale a afirmativa correta.

- A) Os responsáveis técnicos, nos estabelecimentos cuja sua presença seja obrigatória na forma da lei, responderão exclusivamente pelas infrações sanitárias.
- B) É de competência exclusiva da autoridade sanitária municipal as ações de Vigilância Sanitária, onde terão livre acesso aos estabelecimentos sujeitos à fiscalização.
- C) Em estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário, poderá ser exigido pela autoridade sanitária, exame clínico de pessoas que exerçam suas atividades nesses estabelecimentos.
- D) A lavratura de autos é de competência exclusiva dos fiscais sanitários, vedada sua delegação; entretanto, as intimações podem ser expedidas pelos fiscais sanitários ou servidores públicos designados para a função.

Questão 36

O fiscal de saúde, no ato de suas atribuições, realizou uma fiscalização, na Fábrica Alfa, que produz gêneros alimentícios. Ao tentar realizar sua função, encontrou diversos obstáculos, por parte dos responsáveis da fábrica, que dificultaram a realização da fiscalização. Diante do ocorrido, aplicou as penas de interdição e multa na Fábrica Alfa. Com base apenas nos fatos apresentados e na Lei Complementar Municipal nº 30/1996 de Divinópolis, o fiscal de saúde agiu de forma

- A) correta, pois a lei autoriza a aplicação das penas de interdição e multa para a infração cometida.
- B) incorreta, pois não constitui infração sanitária os atos praticados pelos responsáveis pela Fábrica Alfa.
- C) incorreta, pois a lei complementar municipal autoriza apenas a aplicação de multa no caso de obstáculos que dificultam a fiscalização.
- D) correta; entretanto, deveria ter aplicado conjuntamente a pena educativa, já que a lei prevê sua obrigatoriedade diante da infração sanitária cometida.

Questão 37

O Código de Ética Odontológica regula os direitos e deveres do cirurgião-dentista, profissionais técnicos e auxiliares, e pessoas jurídicas que exerçam atividades na área da Odontologia, em âmbito público e/ou privado, com a obrigação de inscrição nos Conselhos de Odontologia, segundo suas atribuições específicas (Art. 1º Código de Ética Odontológica). Analise as afirmativas a seguir.

- I. Contratar serviços de outros profissionais da Odontologia, por escrito, de acordo com os preceitos desse Código e demais legislações em vigor.
- II. Realizar ou exigir procedimentos prejudiciais aos pacientes e ao profissional, contrários às normas de Vigilância Sanitária, exceto para fins de auditoria ou perícia.
- III. Deixar de emitir laudo dos exames por imagens realizados em clínicas de radiologia.
- IV. Recusar-se a receber honorários adicionais de pacientes, que possam remunerar adequadamente, atendidos sob convênio.

Constitui infração ética o que se afirma em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 38

A profilaxia com antibiótico é recomendada para prevenção de infecções nos pacientes de alto e médio risco para desenvolver endocardites bacterianas e naqueles que foram submetidos à artroplastia com colocação de prótese total. Trata-se de indicação para a profilaxia antibiótica, se o paciente for submetido a uma exodontia:

- A) Defeito de septo atrial.
- B) Marcapasso cardíaco (intravascular epicárdico).
- C) Prolapso de valva mitral sem regurgitação valvar.
- D) Pacientes portadores de Lúpus Eritematoso Sistêmico.

Questão 39

As hepatites são infecções que acometem o fígado e podem ser causadas por, pelo menos, cinco tipos diferentes de vírus: A, B, C, D e E, sendo mais comuns os três primeiros. Sobre a hepatite viral B, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em um paciente que apresenta antígeno HBeAg, o vírus da hepatite B pode ser transmitido pelo sangue, mas não há risco de transmissão pelo aerossol gerado em procedimentos odontológicos.
- II. Recomenda-se dose de reforço da vacina contra a hepatite B a cada dez anos.
- III. O vírus da hepatite B, em temperatura ambiente, pode sobreviver em superfícies por períodos de até uma semana.
- IV. Dois meses após o esquema vacinal completo da vacina contra hepatite B, recomenda-se a realização de testes sorológicos para verificar a soroconversão das pessoas vacinadas.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 40

Farmacovigilância é considerada uma ciência e um conjunto de atividades relacionadas à identificação, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou problemas associados ao uso de medicamentos. Segundo a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 406/2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre as Boas Práticas de Farmacovigilância para Detentores de Registro de Medicamento de uso humano, e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

- I. Risco identificado: ocorrência desfavorável em que há suspeita de associação do risco com dado medicamento de interesse. Tal associação, no entanto, ainda não foi confirmada.
- II. Evento clinicamente significativo: qualquer ocorrência médica indesejável, em qualquer dose, que resulte em morte, risco de morte, situações que requeiram hospitalização ou prolongamento de hospitalização já existente.
- III. Uso off label: compreende o uso intencional em situações divergentes da bula de medicamento registrado na Anvisa, com finalidade terapêutica e sob prescrição.
- IV. Interação medicamentosa: pode decorrer da interação do medicamento com alimentos, substâncias químicas ou doenças.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de uma questão discursiva sobre tema específico do cargo. Será avaliada em vinte pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de cinco linhas e máxima de vinte linhas. Será atribuída nota zero ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	15 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,25 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

A Resolução da Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais nº 1.559/2008 dispõe sobre o Regulamento Técnico que estabelece condições para a instalação e funcionamento dos Estabelecimentos de Assistência Odontológica/EAO no Estado de Minas Gerais. Tendo em vista a normativa em comento, defina: artigos não-críticos, artigos semicríticos, artigos críticos, desinfecção, desinfecção de alto nível, desinfecção de nível intermediário, desinfecção de baixo nível, antisepsia, esterilização e infecção cruzada.

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	







INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 30 (trinta) questões de múltiplas escolhas para os cargos de nível fundamental; 40 (quarenta) questões para os cargos de nível médio/técnico; nível superior (áreas diversas); nível superior (saúde); e, nível superior (procuradoria); 1 (uma) dissertação para os cargos de Assistente Educacional, Educador de Trânsito, Professor de Educação Física, Professor de Língua Estrangeira Moderna, Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas, Publicitário, Supervisor Orientador de Ensino e Técnico Escolar; 1 (uma) questão discursiva para todos os demais cargos de nível superior, conforme subitem 1.5 do edital (exceto os que farão dissertação – indicados anteriormente e Procurador do Município); e, 1 (uma) peça prático-profissional privativa de advogado (petição ou parecer) para o cargo Procurador do Município.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para cargos somente com provas objetivas; 4 (quatro) horas para cargos com provas objetivas e prova discursiva (relacionados no subitem 5.2.2 do edital – exceto Procurador do Município); e, 5 (cinco) horas apenas para Procurador do Município. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no Edital.